

RELATÓRIO GAZETA MERCANTIL

AMAZÔNIA

TERÇA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 1999

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Novos rumos para os investimentos

Aplicações previstas para a Região Amazônica até 2003 chegam a US\$ 43 bilhões, valor apenas inferior ao estimado para a Região Sudeste

Telma Pinto de Belém

o mais recente estudo sobre o volume de investimentos previstos para o País até o ano de 2003, elaborado pela Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib), a Região Amazônica desponta em segundo lugar no ranking nacional das aplicações programadas, com uma fatia de US\$ 43,01 bilhões do total de US\$ 228,33 bilhões.

O estudo, concluído em fevereiro passado, revela pelo menos dois dados curiosos se comparados à perspectiva de investimentos prevista no início de 1998, que somava US\$ 41,3 bilhões. Não apenas a Amazônia se manteve na posição, só perdendo para os estados da Região Sudeste, como houve um crescimento no valor dos projetos da ordem de US\$ 1,62 bilhão.

Os investimentos programados, públicos e privados, cobrem a área conhecida como Amazônia Legal, de 5,04 milhões de quilômetros quadrados, correspondente a 61,2% do território nacional. A região, cujo Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 70 bilhões cresce em média 2,5% por ano, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, parte do Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Uma peculiaridade é que esse novo capital que desembarca agora, na região, tem um perfil diferente daquele que, décadas atrás, ajudou a consolidar uma estrutura econômica fortemente baseada no extrativismo mineral-metalúrgico e agropecuário. Os "grandes projetos" das décadas de 70 e 80 criaram na região "ilhas" de modernidade com pouca internalização de renda e emprego.

Na análise dos economistas Aline Wisniewski Dias, Eliana Zacca e Honorato Luís Nogueira, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), as "ilhas" de investimentos se concentraram no sul do Pará, norte de Mato Grosso, com extensão até Rondônia, e nos eixos internacionais envolvendo a Zona Franca de Manaus (ZFM), a região metropolitana de Belém e o corredor do Grande Carajás.

O sul do Pará e o norte do Mato Grosso, constatam os economistas, tornaram-se áreas eminentemente agropecuárias, envolvendo um significativo número de projetos que receberam incentivos fiscais. Só re-

centemente, um setor agroindustrial vem emergindo nessas áreas, com produção orientada para o Centro-Sul do País, além de uma crescente produção de soja voltada para os mercados internacionais.

Na região metropolitana de Belém, a concentração de investimentos passados fez predominar as atividades industriais e terciárias tradicionais, como o beneficiamento de madeira, sementes oleaginosas, comercialização e transporte de produtos regionais, além de grande concentração de serviços públicos. A estrutura produtiva ainda é desarticulada e acarreta altos custos, pela ausência de economias de escala.

No caso da ZFM, idealizada como instrumento de interiorização do desenvolvimento, as análises dão conta que, se por um lado o modelo produziu um parque industrial sofisticado, baseado sobretudo em produtos eletroeletrônicos, por outro a excessiva concentração da atividade econômica em Manaus favoreceu o esvaziamento do interior amazônense — tanto que 95% da arrecadação de impostos e 49% da população do Estado estão concentradas na capital.

O complexo mínero-metalúrgico Carajás, concebido para gerar divisas

e substituir importações, foi originalmente projetado para a exploração e processamento de jazidas de minério de ferro, bauxita, manganês e cobre. "Entretanto, tem se verificado pouco progresso nas etapas de processamento dos minérios, limitando-se o complexo à exploração e algum beneficiamento das jazidas de ferro e bauxita", concluem os técnicos.

O mosaico espacial de modernização industrial se reflete no desempenho desigual da balança comercial dos nove estados. Em 1998, a Amazônia exportou US\$ 3,8 bilhões, o equivalente a 8,65% das exportações do País, mas os três principais itens da pauta de exportações foram commodities, figurando em 1º lugar as minerais, em 2º lugar as agrícolas e, em 3º, os produtos madeiros.

Com a concentração dos projetos mínero-metalúrgicos e de exploração madeireira, o Pará registra a melhor performance na pauta de exportações, a 7ª melhor posição na balança comercial do País e, na classificação por saldo, tem o 2º melhor desempenho do País, só ficando atrás de Minas Gerais. Em 1998, o Pará exportou US\$ 2,2 bilhões, importou US\$ 254,2 milhões, com superávit comercial de US\$ 1,9 bilhão.

O Mato Grosso, uma das economias que mais cresce na Amazônia devido ao desenvolvimento do agribusiness, vem em segundo lugar nas exportações. O Estado é o primeiro produtor nacional de algodão (92 mil toneladas por ano), o segundo de soja (5,3 milhões de toneladas), e tem um pólo industrial em franca consolidação — liderado por empresas como Sadia Mato Grosso, Odessa da Amazônia e Grupo Votorantim.

O ciclo da Amazônia das commodities, com os investimentos da década de 90, está aos poucos cedendo espaço às iniciativas de produção de bens e serviços de maior valor agregado para o mercado globalizado. Os projetos na área de infraestrutura, envolvendo as áreas de energia elétrica, gás, transporte e portos, estão criando as condições para uma mudança da base produtiva baseada na verticalização das cadeias mineral, agrícola, pecuária e florestal.

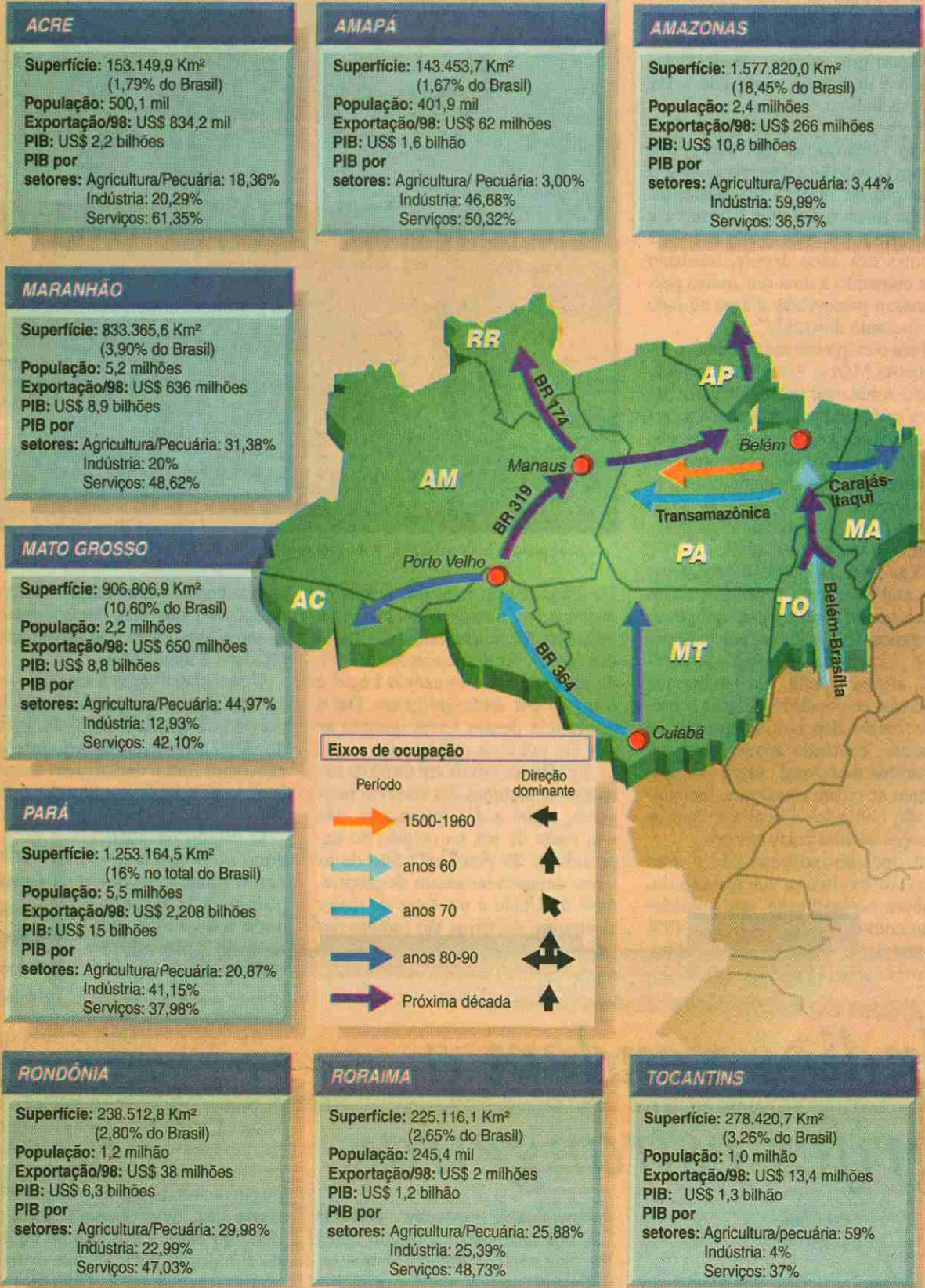
"A biodiversidade da Amazônia abre um enorme espaço para a conquista de novos nichos de mercado; há uma necessidade crescente, em todo o mundo, de substituição de insumos sintéticos por naturais e de reciclabilidade", diz Nazaré Imbiriba, secretária-geral da Bolsa Amazônia, uma parceria entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável (Poemar).

Um dos exemplos que demonstram o novo perfil de investimentos na região é a unidade industrial que está sendo construída pela Daimler Benz/Mercedes Benz do Brasil, no distrito de Icoaraci (PA), para a produção de peças automobilísticas a partir da fibra de coco, que até pouco tempo era queimada como lixo. A fábrica vai consumir, inicialmente, 40 toneladas de fibra de coco.

O projeto, orçado em US\$ 7 milhões, entra em operação em dezembro deste ano, produzindo 24.300 peças como encostos e apoios de cabeça para o modelo compacto Classe A, 8.490 peças como cama leito e sofá cama para os modelos L, K, W, 1.000 pára-sol para os modelos OF/OH e outros 4 mil encostos para os modelos MBB/VW. A produção será comprada de oito pequenas agroindústrias da região que estão se organizando para processar numa primeira fase 1,115 milhão de cocos por mês.

Outro caso é o do grupo industrial argentino Soinco Saci, há 30 anos no segmento de cabos e artefatos de alumínio para a indústria de soldas e condutores elétricos. O grupo escolheu o Brasil como ponte para expandir os seus negócios em direção à América do Norte e está investindo US\$ 25 mi-

cenário amazônico



Fonte: Síntese da economia brasileira, 1999 (28ª edição) Federação Nacional do Comércio; Atlas do Mercado Brasileiro, 1998/ Gazeta Mercantil; Dados Macroeconômicos, 1999/ Banco da Amazônia S.A.

Biodiversidade abre espaço para a região conquistar novos nichos de mercado

Estado	Exportação	Importação	Saldo
Pará	998.345.962	83.756.667	914.589.295
Mato Grosso	372.067.061	64.704.842	307.362.219
Maranhão	311.100.517	146.586.511	164.514.006
Amazonas	160.145.292	1.225.553.135	-1.065.407.843
Amapá	22.941.512	5.755.411	17.186.101
Rondônia	22.565.817	2.661.205	19.904.612
Tocantins	2.747.767	18.626.822	-15.879.055
Roraima	1.024.489	757.152	267.337
Acre	687.549	180.626	506.887
Total	1.991.625.966	1.548.582.407	343.043.559

Fonte: Sistema Alice/Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios

Bons resultados com as vendas externas

nas últimas duas décadas, o gradual redirecionamento do processo de desenvolvimento da Amazônia Legal levou a região a registrar um incremento de quase 600% no total das suas exportações. Em 1983, as exportações regionais somavam US\$ 546,0 milhões e, no final de 1998, alcançaram US\$ 3,87 bilhões.

As exportações, tomadas em bloco, continuam a apresentar superávit comercial este ano. No primeiro semestre, os nove estados amazônicos exportaram US\$ 1,891 bilhão, importaram US\$ 1,548 bilhão e o saldo da balança fechou em US\$ 343 milhões.

O equilíbrio nas contas regionais poderia ser bem melhor, se não fossem as importações da Zona Franca de Manaus (ZFM). Embora esteja num processo de plena revisão do modelo importador de insumos para as suas indústrias de transformação, a ZFM ainda importa mais que exporta. No primeiro semestre, a ZFM exportou US\$ 160,1 milhões e importou US\$ 1,225 bilhão, com um saldo negativo de US\$ 1,065 bilhão.

Nas contas da região, apenas o Amazonas e o Tocantins registram desequilíbrio em suas balanças comerciais. O caso do Tocantins é especial: existe só há 10 anos. ■ (T.R)

Desafio de sobreviver sem incentivos

Jamil Chade de Manaus

Faltando 13 anos para o fim dos incentivos da Zona Franca de Manaus (ZFM), o governo do Estado e empresários locais terão a tarefa de não deixar que as principais indústrias do pólo industrial abandonem a região quando o ano de 2013 chegar. Para isso, uma estratégia de diversificação do parque industrial e uma orientação exportadora está sendo pensada para que seja evitado um "cataclismo social" como o que ocorreu exatamente há cem anos, em 1913, na Amazônia.

Naquela ocasião, o fim do ciclo da borracha levou ao esfacelamento da sociedade do Amazonas, porque não tinham outras alternativas econômicas. O governo do Estado terá 13 anos para não deixar que isso se repita, mas a tarefa não será fácil. "Em 2013, quando acabar a ZFM, queremos que o Estado tenha uma economia alternativa e atrativa para que as empresas não saiam da região", diz o secretário de Indústria e Comércio do Amazonas, Cristóvão Marques Pinto.

A criação da ZFM teve consequências significativas para o Estado. Quando criada, entre seus objetivos estava o desenvolvimento de um pólo que pudesse reverter o fato da população do Amazonas estar diminuindo de forma preocupante. Em 1967, ano do estabelecimento do ZFM, a população de Manaus era de 300 mil habitantes. Trinta e dois anos depois já ultrapassa 1,5 milhão. Por causa dos empregos, Manaus passou a concentrar, na década de 90, 54% da popu-

lados na ampliação da fábrica que começou a operar em 1998, na zona portuária de Vila do Conde, em Barcelena (PA), para verticalizar a produção anual de 12 mil toneladas de ligas e vergalhões de alumínio. A maior fatia dos investimentos privados que chegam à região são de projetos de agribusiness. É o caso do grupo Gedebar S.A., que está investindo, no Tocantins, R\$ 70 milhões no plantio de tomate e uma fábrica para processar o produto. No sul do Maranhão está um dos maiores projetos agrícolas do Norte e Nordeste. A Agroserra, primeira usina de álcool da região, investiu US\$ 68 milhões para produzir por ano 50 milhões de litros de álcool e agora investindo outros US\$ 78 milhões para ampliar a produção. ■

que ano, o pólo empregava 76,7 mil trabalhadores e a estimativa para 1999 é que não atinja 37 mil, representando uma queda de 51,9%. Trabalhadores do setor têxtil foram os que mais sofreram. Em 1988, eles eram cerca de 3 mil, e em 1999 não chegam a 100.

(Continua na página 5 do Relatório)

Reformulação para os Fundos

Telma Pinto e Hylda Cavalcante (*) de Belém e Brasília

Com as recentes mudanças ministeriais no governo Fernando Henrique Cardoso, a discussão sobre a reformulação estrutural dos fundos constitucionais de desenvolvimento voltaram à ordem do dia. O novo desenho das instituições que gerenciam os fundos está sendo elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e a expectativa é de concluir-la até dezembro. Segundo o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, uma das vertentes dessa nova proposta será a transformação, em agências de fomento, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que gerencia os recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), responsável pela gestão do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). "No novo desenho dessa estrutu-

ra pretendemos maximizar esses fundos e utilizá-los em ações voltadas para o desenvolvimento regional", diz o ministro. A mudança começará pela "redução drástica" na estrutura dessas instituições, consideradas pelo governo como superdimensionadas para a realidade na qual elas atuam. As despesas mensais da Sudene, por exemplo, alcançam R\$ 5,4 milhões, e as da Sudam, R\$ 1,6 bilhão.

Uma questão ainda indefinida nessa reestruturação é o futuro do Banco da Amazônia S.A (Basa), que administra o Fundo Constitucional do Norte (FNO). O Ministério da Integração Nacional trabalha com várias alternativas, uma delas é de fusão entre o Basa e a Sudam — uma vez que as duas instituições administram dois diferentes fundos que cobrem o mesmo espaço territorial, ou seja, os nove estados da Amazônia Legal (incluindo parte do Maranhão). Essa proposta vem sendo considerada pela área econômica do governo desde a administração Collor.

Uma das principais distorções provo-

cadas pela atual sistemática dos fundos, identificada pelo governo, são as consideráveis sobras das linhas de crédito oferecidas às empresas interessadas em investir na região. Em 1997, o Basa fechou o ano com uma sobra de R\$ 193,6 milhões e em 1998 teve outra sobra de R\$ 380,4 milhões. Esses montantes não chegam sequer a 50% dos recursos disponíveis do FNO. O Finam também fechou o seu exercício passado sem aplicação superior a R\$ 200 milhões.

A Sudam, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), tenta identificar as distorções do seu atual modelo de incentivos fiscais e financeiros e propor a sua correção. Uma das propostas preliminares do estudo é a substituição do Finam por fundos de investimento que competiriam por recursos no mercado. Os técnicos da FGV acreditam que esses fundos seriam mais atrativos, mais competitivos, valorizariam o acionista e seriam menos sujeitos a fraudes. O retorno social para a região seria garantido pelo aumento do fluxo voluntário de recursos. ■

* Especial para a Gazeta Mercantil